

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 011-551 7700 Fax : 011-551 784

CONSELHO EXECUTIVO
Décima-Quarta Sessão Ordinária
26 – 30 de Janeiro de 2009
Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/495 (XIV) Add.8

**DECLARAÇÃO DE ARGEL SOBRE OS TRABALHOS DA
REUNIÃO DOS MINISTROS AFRICANOS DO AMBIENTE
SOBRE AS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS, EM ARGEL,
DE 19 A 20 DE NOVEMBRO DE 2008**

(Ponto Proposto pela República Argelina Democrática e Popular)

DECLARAÇÃO DA ARGÉLIA SOBRE ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS EM ÁFRICA

Nós, Ministros Africanos do Ambiente, após termos reunidos em Argel, nos dias 19 e 20 de Novembro de 2008, com o objectivo de desenvolver uma posição comum Africana para permitir que a região participe de forma efectiva nas negociações pós-2012.

- **Declarando** a Conferência dos Ministros Africanos do Ambiente sobre as Alterações Climáticas, realizada em Argel, como um marco importante para complementar as reuniões anteriores;
- **Reiterando** os compromissos assumidos por África, particularmente em relação à necessidade de implementar de forma efectiva o Plano de Acção da Iniciativa do Ambiente da NEPAD;
- **Cientes** da vulnerabilidade do nosso continente às alterações climáticas, um fenómeno para o qual nunca contribuiu e pelo qual continua sendo um dos mais afectados;
- **Cientes** também da nossa capacidade limitada para fazer frente aos impactos negativos deste fenómeno sobre os ecossistemas e populações;
- **Recordando** as declarações relevantes sobre a protecção ambiental em África, tomando em consideração as preocupações específicas em relação à protecção ambiental em África;
- **Apreciando** os esforços envidados pelas organizações da sociedade civil e pelo sector privado, encorajando-os ao mesmo tempo a se envolverem mais no desenvolvimento sustentável e protecção ambiental;
- **Apelando** para a implementação efectiva do Plano de Acção de Bali;
- **Recordando** a importância da realização de consultas Africanas regulares sobre as alterações climáticas, dado que estas impedem seriamente o desenvolvimento socioeconómico dos nossos países, em preparação para as negociações pós - 2012;
- **Recordando** a decisão da 10ª Sessão do Conselho do PNUMA/Fórum Ministerial, realizada em Mónaco no dia 22 de Fevereiro de 2008, que convida a ECOSOC a propor a proclamação de 2010-2020, pela Assembleia Geral da ONU, como a Década Internacional sobre as Alterações Climáticas.

Reafirmamos o nosso compromisso de implementar:

- Os instrumentos regionais e internacionais sobre alterações climáticas, preservação e conservação dos ecossistemas em África;
- As políticas, estratégias e as recomendações resultantes das várias consultas regionais e sub-regionais sob os auspícios da União Africana, da AMCEN, incluindo a Declaração de Tunis sobre o Apoio aos programas de adaptação às Alterações Climáticas para África e países do Mediterrâneo, realizadas em Novembro de 2007, bem como dos grupos económicos e políticos sub-regionais sobre alterações climáticas;
- Estratégias que contribuam para os esforços globais de redução dos gases com efeitos de estufa e de adaptação em África;
- Parcerias de “ganho-mútuo” com outras regiões do mundo com vista a proteger o nosso planeta dos impactos negativos do aquecimento global;
- Princípios de boa governação ambiental;
- A declaração sobre as Alterações Climáticas e Desenvolvimento em África, adoptada pelos Chefes de Estado durante a Cimeira da União Africana, em Adis Abeba, em 2007.

Comprometemo-nos também a:

- Promover a integração concreta de questões ambientais em todas as políticas e estratégias de desenvolvimento;
- Tomar em consideração de forma sistemática os riscos ambientais nos planos de desenvolvimento nacionais, sub-regionais e continentais;
- Abordar de forma abrangente a natureza do próximo regime internacional sobre o clima, e a tomar em consideração os pontos relevantes da “visão partilhada” em relação aos interesses de África;
- Fortalecer e a facilitar a participação dos peritos Africanos nas negociações sobre o futuro regime global sobre o clima e o trabalho dos grupos técnicos estabelecidos pela Convenção;
- Promover a cooperação e coordenação entre os serviços meteorológicos e hidrológicos nacionais, centros ambientais regionais, as universidades Africanas e os centros de observação, bem como entre os centros de pesquisa ambiental

com o objectivo de fortalecer as capacidades na área de adaptação às alterações climáticas;

Apelamos:

- O G8 a implementar as recomendações contidas no Comunicado de Gleneagles relativas às alterações climáticas, energia e ao desenvolvimento sustentável, em particular, tendo em vista a criação de centros ambientais regionais em África; a melhoria da gestão de riscos ambientais; e implementação da estratégia regional Africana para a redução de desastres e riscos;
- Os países desenvolvidos a cumprirem com os seus compromissos nos termos da Convenção Quadro da ONU sobre as Alterações Climáticas e do Protocolo de Quioto, e a continuarem a cumprir com os seus compromissos em relação ao apoio ao desenvolvimento e transferência de tecnologias através da provisão de meios financeiros adequados, sem procurar qualquer justificação na actual crise financeira para limitar as suas acções neste domínio;
- Os organismos multilaterais de financiamento e outros doadores, incluindo o Mecanismo Global do Ambiente (GEF); o mecanismo de financiamento da convenção, a continuarem com o seu processo de reforma e a destinarem mais recursos financeiros para permitir que os nossos países possam abordar as suas dificuldades no tocante, em particular, à questão de adaptação às alterações climáticas;
- A Organização das Nações Unidas e as suas agências especializadas relevantes a avaliar com urgência os problemas relacionados com os fluxos migratórios como resultado da deterioração do meio ambiente, com o objectivo de ajudar os países Africanos a limitar a sua magnitude e a oferecer protecção adequada aos novos refugiados;
- Reconhecemos que o Programa das Nações Unidas para o Ambiente está a trabalhar no sentido de apoiar e assistir África no âmbito das negociações pós 2012 e convidamos as outras agências a fazer o mesmo.

Apelamos a Conferência das Partes a tomar em consideração as preocupações do continente, incluindo o seguinte:

- **Relativamente à Adopção**

A adopção de um protocolo sobre adaptação às alterações climáticas deve abordar as prioridades Africanas tais como a desertificação, controlo da degradação do solo e a gestão integrada das zonas costeiras com vista a evitar a erosão costeira e o aumento do nível das águas do mar, a protecção da biodiversidade, agricultura e recursos hídricos.

- **Relativamente à Mitigação**

As acções que visam o alívio das consequências do desflorestamento e da degradação florestal devem ser consideradas nos futuros mecanismos de incentivo para a redução de emissões de gases de estufa tomando em consideração o papel das zonas florestais na regulação do sistema ambiental global, bem como o benefício dos esforços de ordenamento da terra para assegurar a perpetuidade das zonas florestais, a agricultura sustentável, e distribuição geográfica equitativa do CDM.

- **Relativamente à Capacitação**

A promoção do método “aprender fazendo” para actividades de capacitação com vista a apoiar a transferência de conhecimentos.

- **Relativamente à Transferência de Tecnologias**

O estabelecimento de um quadro institucional para abordar todos os aspectos de transferência de tecnologias.

- **Relativamente ao Financiamento**

Aumento do nível de financiamento, particularmente entre o Fundo Global do Ambiente, o mecanismo financeiro da Convenção e extensão da “Quota dos Proveitos” do CDM a outros mecanismos do mercado de carbono para contribuir para o Fundo de Adaptação.

Decidimos:

- Criar uma Aliança Ambiental Continental e Internacional entre África e outras regiões do mundo com o objectivo de promover acções consistentes de adaptação e redução da vulnerabilidade às alterações climáticas; e convidamos os grupos regionais, as organizações internacionais e a sociedade civil a apoiar esta Aliança, que constitui uma plataforma de diálogo firme, intercâmbio e parcerias que visam o início de uma boa governação ambiental;
- Estabelecer uma Equipa de Trabalho Ministerial sobre alterações climáticas como um suporte político para os negociadores Africanos na perspectiva dos futuros grandes eventos, particularmente o de Copenhaga em 2009.
- Desenvolver um plano trienal, incluindo projectos operacionais que possam beneficiar rapidamente África, bem como programas de médio prazo relativos: i) ao desenvolvimento de energias renováveis; ii) ao controlo da degradação do solo; e iii) à gestão sustentável das florestas;

- Lançar uma iniciativa Africana sobre adaptação e estabelecer um Observatório Africano sobre Alterações Climáticas.

Finalmente, solicitamos o país anfitrião a apresentar esta declaração ao próximo Conselho de Ministros da União Africana.

Argel, 20 de Novembro de 2008

2009

Declaração De Argel Sobre Os
Trabalhos Da Reunião Dos Ministros
Africanos Do Ambiente Sobre As
Alterações Climáticas, Em Argel, De
19 A 20 De Novembro De 2008
(Ponto Proposto Pela República
Argelina Democrática E Popular)

União africano

União Africano

<http://archives.au.int/handle/123456789/3954>

Downloaded from African Union Common Repository